

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 068, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

“Autoriza os Servidores Comissionados e os Agentes Políticos a dirigir, os veículos oficiais do Poder Executivo Municipal quando no desempenho de atividades inerentes ao cargo e dá outras providências.”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Os servidores do município ocupantes de cargos em comissão e os agentes políticos ficam autorizados a dirigir os veículos oficiais do poder executivo, quando necessário o deslocamento para executar atividades inerentes às atribuições primárias do cargo em que está investido.

PARÁGRAFO ÚNICO A autorização que versa a presente Lei será precedida de assinatura de termo de compromisso de responsabilidade pela conservação do veículo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 11 de abril de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária da Administração.

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal n.º 068, de 11 de abril de 2013, que **“Autoriza os Servidores Comissionados e os Agentes Políticos a dirigir, os veículos oficiais do Poder Executivo Municipal quando no desempenho de atividades inerentes ao cargo e dá outras providências.”**

O presente projeto visa resolver o problema atual dentro da administração do Poder Executivo, qual seja o deslocamento dos agentes políticos e demais servidores ocupantes de cargos em comissão, quando necessitam realizar serviços externos.

A grande extensão territorial do município, cujos bairros distam da sede entre 5 e 50 km, impinge a necessidade de ações que demandam deslocamentos para desempenho da função inerente ao cargo do secretário e demais servidores em cargo de comissão.

Embora o Poder Executivo conte com 41 servidores efetivos exercendo o cargo de motorista, os mesmos são destinados em sua totalidade para atender as necessidades consideradas prioritárias da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Educação, que os utilizam em tempo integral, deixando desguarnecido o restante da administração.

Assim, a secretaria de Administração, que necessita buscar vales transportes, a Secretaria da Fazenda que necessita realizar inspeções em estabelecimentos, a Secretaria da Habitação que necessita realizar levantamentos para regularização fundiária, a Procuradoria que necessita se deslocar ao fórum local e de outros municípios, e as demais Secretarias,

ficam impossibilitadas de realizar diversas atividades, por falta de servidor efetivo motorista, embora exista veículo à disposição.

Repisando essa lei tem o condão de resolver situação extremada, que tem impedido a realização de ações de grande relevância social e econômica.

Sendo assim, o Prefeito Municipal no uso de seu Poder Discricionário, definiu como saída viável ao problema anteriormente estabelecido.

Sendo o que nos cumpria apresentar, aproveitamos o ensejo para saudar a todos os componentes dessa Casa Legislativa.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal